

Judaísmo, ética e tolerância

Sofia Débora Levy entrevista Helena Lewin*

Helena, você poderia nos contar um pouco da sua origem familiar: como você e seus familiares vieram a se instalar no Brasil?

Eu sou brasileira, nascida no Rio de Janeiro, carioca, de pais poloneses. Meus pais vieram em épocas diferentes. Meu pai chegou ao Brasil em 1913, portanto, antes da Primeira Guerra Mundial. Ele contava histórias incríveis, de como foi a questão, por exemplo, da Gripe Espanhola, que foi um acontecimento terrível, com milhares de mortos.

Seu pai vivia em que cidade?

Meu pai era de Ostrowiec, Polônia. Minha mãe veio apenas em 1929 para casar com ele.

Qual o nome de solteira da sua mãe?

Liba Böhm. Meu pai Jacob Rotstein. Meu nome de solteira é Helena Rotstein. Meu pai veio para o Brasil em uma situação muito especial. Na verdade, ele nasceu numa família extremamente ortodoxa, em que a casa era uma referência no local, em termos de linhagem religiosa. Era uma casa aberta em que sempre havia convidados para o Shabat. Meu avô era um homem de posses, possuía um comércio importante com alguns países fora da Polônia, como Alemanha e Áustria. Meu pai trabalhava com ele, viajando, o que fez com que tivesse uma condição intelectual diferente da de um homem que fica em uma localidade pequena, fechada, fria e muito conservadora. Como é que meu pai veio para o Brasil? Ele não veio premido pelas circunstâncias econômicas ou políticas de perseguição, mas por um espírito aventureiro. Ele tinha um primo que morava aqui no Brasil que lhe escrevia coisas maravilhosas sobre o país. Dizia assim: “Venha para o Brasil, você não pode imaginar que terra abençoada! Aqui as mulheres são lindíssimas e dadivosas. Além disso, aqui não se precisa trabalhar, porque se tem tudo à mão, é só você se abaixar e apanhar. As folhas das árvores são de prata, a natureza é abundante e generosa”. Para um rapaz nascido em uma comunidade extremamente judaica e sem grandes perspectivas de mudança, as sedutoras narrativas enviadas por seu primo funcionaram como um “disparador dos desejos contidos” que acionaram um forte impulso para viajar em busca da realização de um sonho! “Venha, venha! Aqui você vai ter um paraíso. Você vai ver como é diferente aqui.” Meu pai, que vivia naquela comunidade muito conservadora, sexualmente reprimida e especialmente gelada naquele inverno e em todos os outros, resolveu vir para o Brasil. Foi uma tragédia na família, porque ninguém queria que ele viesse. Na verdade, ele estava muito bem lá, ajudando a dirigir os negócios e, por isso, possuía todas as condições de fazer sua vida econômica e comunitária naquele lugar. Mas ele cismou, não houve pedidos de mãe ou de pai que o impedisse. Ele dizia que vinha só para ver como era o Brasil, mas, de fato, veio para usufruir o paraíso prometido, mas acabou ficando para sempre, mesmo depois de perder o paraíso que nunca se realizou, nos termos que lhe foram apresentados. Quando decidiu viajar, ele mandou cartas para o primo que o esperou no cais da Praça Mauá.

No Rio de Janeiro?

Sim. Havia ainda uma recomendação do primo: “Não traga absolutamente nada, você não precisa de dinheiro, não precisa de roupa, não precisa de nada, venha conforme você é. Porque você vai ver a diferença. é imensa e vale a pena”. E ele veio, cheio de sonhos, cheio de fantasias. Você pode imaginar uma pessoa jovem, indo para o outro lado do mundo, atravessando o oceano? Era um novo horizonte se abrindo. Algumas coisas ele trouxe para o Brasil, porque a mãe dele não se conformou de que ele viesse de mãos vazias. Ele veio segurando uma pequena mala, nem imaginando o que viria a seguir. Como o primo dizia nas cartas: “Eu tenho fazendas de café e laranjais, eu tenho edifícios e eu tenho não sei o quê...”. Ele imaginou que, pelo menos um carro estaria esperando-o para levá-lo à mansão do primo. Mas qual foi sua surpresa, eles foram caminhando e, ao passar pela Avenida Rio Branco, o primo apontava e dizia: “Está vendo esse edifício? é meu e aquele outro, também!”.

Você sabe qual é a idade de seu pai quando ele chegou aqui, exatamente?

Ele tinha por volta de 22 anos. Eu não tenho muita certeza. Ele nasceu em 1889 e chegou aqui em 1913, portanto, seriam mais ou menos uns 24 anos.

Qual o nome e a idade desse primo que o recebeu?

Eu nunca soube. Esse primo foi excluído da memória do meu pai, pela decepção que ele teve ao chegar aqui. Meu pai foi caminhando e ele mostrava: “Olha, está vendo ali aquele edifício? Aquele edifício é meu. Está vendo ali aquele carro? Aquele carro eu emprestei para um fulano que estava precisando”. Eles foram caminhando até a Praça Onze, a pé, debaixo de um sol escaldante! Quando chegou ali, ele disse: “Eu vou te deixar aqui nessa hospedaria, por uns dois ou três dias, tenho que ir ver minha fazenda de gado, porque aconteceu um problema”. De repente, meu pai começou a perceber que aquilo tudo era uma fantasia do seu primo cuja realidade era outra. Em outras palavras, a perversidade do contraste entre essas duas situações. A realidade e o sonho! Ele, assim, ficou na hospedaria, que recebia imigrantes judeus, era segundo o relato de meu pai, grandes espaços com camas uma ao lado da outra, ocupadas, geralmente pelos *klienteltchik*, mascates, que saíam de manhã para trabalhar e voltavam mortos de cansaço à noite. Com eles, meu pai não conseguia conversar, porque eles chegavam exaustos e se jogavam na cama para dormir. Passou o primeiro dia. Passaram-se dois, três, quatro dias e o primo não vinha. Ele nunca mais apareceu! Soubemos, anos mais tarde, que ele havia ido para os Estados Unidos encontrar-se com outro parente. Mas nunca mandou notícias, sequer uma carta. Como a recomendação do primo era trazer pouco dinheiro, meu pai, inicialmente, não se preocupou com isso, mas o dinheiro foi acabando e ele começou a andar pelas ruas e percebeu que precisava tomar uma providência para sua sobrevivência. Andando de um lado para outro, começou a aprender português, mas apenas palavras soltas. Ele não conseguia, ainda no início, formar sentenças e se relacionar. Esse era um impedimento para arranjar emprego. Até que um dia o dinheiro acabou e ele não havia conseguido nada. Ele saiu da hospedaria, pediu para que o dono do local guardasse suas coisas e pediu para usar o endereço da hospedaria para mandar notícias para sua família, porque ele queria dizer para a mãe que estava muito bem, que estava empregado, que estava ótimo e feliz. Ele precisava de um endereço para receber sua correspondência. Considerava que essa era uma mentira salvadora porque não queria que sua mãe soubesse da real situação que estava vivendo. Houve certa solidariedade por parte do hospedeiro, foi uma coisa que não custou nada, mas ajudou num momento de aflição. é muito importante, ajudar uma pessoa num momento de aflição.

Ele não pensou, nessas condições que ele encontrou de fato, em retomar para a Polônia e retomar a vida lá, por quê?

Ele dizia que já que havia vindo para uma aventura, tinha de arcar com a responsabilidade. Não podia desistir. Sempre dizia à mãe: “Eu vou voltar, eu vou te visitar, mas espere um pouco, porque eu estou construindo minha vida.” Até que ele começou a perambular para ver se conseguia algum trabalho. Ele foi adentrando pelas ruas laterais à Praça 11, o que hoje é o Saara, pela Rua da Alfândega. Até que começou a escurecer e ele precisava dormir. O que ele fez? No campo de Santana, com aquelas árvores maravilhosas, as cutias coabitantes do amplo jardim, deitou-se num banco, procurou um lugar mais discreto e tratou de dormir. Quantas noites ele dormiu no banco não sabemos. Uma manhã bem cedo, passou um judeu por ali, olhou para ele e disse: “Esse não é um mendigo qualquer. Esse mendigo é um patrício.” Então, perguntou ao meu pai, quem ele era, e meu pai contou. O judeu disse: “Você não vai morar aqui, você vai morar na minha casa, eu também sou imigrante, eu também sou pobre, mas eu te arranjo um lugar na minha casa”. Assim, esse desconhecido, abriu as portas de sua casa, mas, sobretudo, abriu as portas de seu coração! Algo muito lindo! Esse bom homem foi padrinho de casamento do meu pai.

Qual era o nome dele, Helena?

Pinchas Gringlas. Até no meu livro de família em que estou trabalhando, trato também desse generoso amigo. Ele disse ao meu pai: “O único lugar que eu posso deixar você dormir é aqui na cozinha, no

chão.” Então, ele arrumou alguns jornais, para o meu pai se ajeitar. Essa foi a coisa mais maravilhosa que aconteceu: poder ser abrigado em uma casa. Com exceção do Shabat, quando meu pai jantava com a família, ele nunca participava de outras refeições, apesar dos contínuos convites não queria ser um peso para uma família pobre como ele, embora um pouco menos que ele... Durante o dia, continuava a procurar emprego.

Onde Gringlas vivia?

Vivia perto da Praça Onze, onde, exatamente, eu não sei, porque a família não soube dizer. O primeiro emprego do meu pai foi na companhia de bondes da Light. Ele era cobrador de bonde, porque era um serviço que não se precisava saber falar, mas ter uma recomendação de honestidade. Trabalhava-se recolhendo dinheiro, que se cobrava dos passageiros. Ele ficou muito feliz com o emprego, mas, ao mesmo tempo, teve muita certeza de que aquilo não era o que ele queria para a vida toda. Ele disse “Isto é uma economia de tostões, eu tenho que sair daqui”. Então, ele foi procurando algo novo e enfim conseguiu. Esse senhor mesmo, o amigo Gringlas, o recomendou a um patrício, que lhe deu a primeira mercadoria para ele se tornar um *klienteltchick*. Ele não foi mascate, logo de início. Primeiro, foi ajudante de *klienteltchick* que já tinha uma freguesia maior e podia pagar um ajudante. Meu pai foi carregador de mercadoria. Mas ele dizia, em uma das conversas comigo, que foi um grande aprendizado. Aprendia-se como tratar a clientela, principalmente a feminina, que era a que ele atendia. Com respeito, com moralidade, com as palavras que eram necessárias falar, como se organizava o cartão da despesa do cliente e os pagamentos, a contabilidade. Ele foi, durante algum tempo, aprendendo, depois achou que já estava na hora de ter e fazer sua própria freguesia. O senhor Gringlas e outros amigos judeus foram seus fiadores e ele pôde receber a primeira mercadoria. Só que ela era de *shmates*, que em ídiche quer dizer coisa barata. O comerciante estava apostando nele, dando crédito, sem saber se receberia de volta. Mas ele fez uma clientela e expandiu. Meu pai era uma pessoa muito simpática, muito sorridente. Isso foi muito importante. Ele contava que, às vezes, não queria, mas a dona da casa fazia questão que ele entrasse para tomar café, água, queria servir até almoço. Assim, ele ia fazendo amizades que extrapolavam aquela relação comercial. Muitas vezes, o dono ou a dona da casa fazia confidências muito sérias para ele, que tinha de se manter neutro, para que não houvesse nenhuma confusão. Marido que contava que tinha outra, mulher que confidenciava uma ou outra coisa. Então, na verdade, ele tinha a função quase de um padre de família, que escuta. Ele fez uma clientela muito boa e conseguiu um pequeno capital. Não muito, porque ele não gostava da atividade e por isso, não se esforçava para ampliar a freguesia. Ele continuava porque era o que tinha de fazer naquelas circunstâncias. Mas assim que pôde, ele saiu da casa do amigo e alugou um quarto no bairro de Jacarepaguá, o lugar mais barato que havia, muito longe do centro comercial e do local de sua clientela. Ele sabia que por mais que ele não desse trabalho, era uma pessoa estranha dentro da casa. Por mais que ele não quisesse incomodar, a bondade do amigo já havia sido feita, que era ter lhe dado abrigo naquele primeiro momento. Então, ele foi morar em Jacarepaguá e ampliou os negócios. Ele percebeu que ele não podia ser refém de um único fornecedor comerciante, logo começou a diversificá-los. Ele já possuía um nome, conhecimento sobre o assunto e podia jogar com isso. Conheceu, em uma de suas andanças, um libanês, o senhor Fuad, na Rua da Alfândega, dono de uma casa de tecidos. Tecidos melhores do que os que meu pai vendia para a sua freguesia. Um dia, esse senhor disse ao meu pai: “Sabe, seu Jacó, eu tenho um negócio para o senhor. Ganhei uma concorrência, vou fornecer uniformes para a Intendência e quero que o senhor organize isso para mim”. Assim, meu pai ficou encarregado de arranjar os alfaiates, tomar conta da produção, da entrega, do recebimento de dinheiro. Foi na verdade, um grande salto, uma oportunidade de fazer negócios. Mas havia prazos a cumprir, o processo de fabricação dos uniformes demandava várias operações até a entrega do produto. Mas meu pai nunca desistiu de trabalhar por conta própria, queria ser dono do próprio nariz. Um pouco recordando a situação anterior da Polônia em que ele era o dono, o seu pai era o dono. Então ele aproveitou esse período para economizar, juntar dinheiro e fazer amizades. As amizades dele também começaram a se diversificar. Ele tinha amigos portugueses, com os quais ele aprendeu a falar português corretamente e a escrever maravilhosamente bem. Ele,

então, resolveu abrir uma joalheria. Com uma coragem incrível e a ajuda dos amigos portugueses. Uns ajudaram na obra da loja, outros na composição das vitrines, outros como fiadores junto aos ourives. Enfim, cada um ajudou de uma forma. Ele montou uma loja de uma porta e depois foi ampliando até que essa loja tornou-se a maior loja de jóias da Avenida Passos. Possuía cinco vitrines imensas. Das jóias ele ampliou para relojoaria, depois para ótica, depois para fotografia, tudo junto. Era realmente uma loja belíssima.

Qual era o nome da loja?

A Marqueza, com z à moda antiga! Esse não era um nome nada convencionalmente judaico, mas brasileiro. Um nome de realeza, coisas que se fazia muito naquela época. E foi muito bem sucedido. Nesse ínterim, como ele já estava nessa loja, ainda na primeira ou na segunda porta, ele começou a trazer a família para o Brasil. Primeiro, trouxe um irmão, solteiro, junto com um cunhado, que já era casado com a irmã dele e que já tinha quatro filhos. Esse cunhado era muito religioso, ele foi ser magarefe.

E o nome dele?

Schmil Eli Felzenwhalb

E o nome do irmão?

Moisés Rotstein. Ao irmão ajudou-o inicialmente como *klienteltchick*. Ele se saiu muito bem, depois trouxe o cunhado, Sloime Lenga, que era casado com a outra irmã dele, e que também tinha quatro filhos. Os galhos da árvore familiar iam se ampliando. Esse cunhado era um homem mais intelectualizado, situação complicada para ser um *klienteltchick*, mas se saiu muito bem. As esposas que ficaram, na Polônia, diziam: “Nós só vamos se os filhos forem juntos”. Então, para cada uma dessas famílias, seriam cinco, seis, passagens. O dinheiro era suficiente para se manterem como solteiros, sem precisar pedir, a cada momento, ajuda ao meu pai. Meu pai combinou com eles que, quando eles estivessem com condições de devolver o valor das suas passagens, eles o fariam para que meu pai pudesse ajudá-los a trazer a família. Essa foi a forma de conseguir que eles se tornassem responsáveis por si mesmos. E, com isso, a família foi chegando ao Brasil. Nessa altura, a cabeça de meu pai já era a de um comerciante. Ele trouxe os quatro sobrinhos e a irmã, casada com o cunhado Sloime. Trouxe a noiva, Rachel, do outro irmão, Moisés, que já estava aqui, e eles se casaram. Trouxe, também, o irmão mais novo, Aron, que era solteiro e, aliás, ele nunca se casou. Trouxe a irmã e o cunhado, Rivka e Bernardo, que haviam se casado e ido para a Palestina, feito *aliah*.

Em que ano?

Foi em 1922, 1923. Na época das *alioth* para a Palestina. Mas, foi uma época muito difícil, porque havia uma dificuldade enorme para conseguir trabalho. Ele trabalhou em construção civil, mandou vir a noiva, Rivka, que era minha tia e eles se casaram. Era época de desemprego, de crise. Havia perseguições também. Algumas desavenças com os árabes. Aí escreveram para o meu pai que eles queriam vir para o Brasil, porque ele não podia voltar para a Polônia. Ele não havia servido o exército, por isso, ele seria preso imediatamente. Meu pai mandou as passagens para eles e eles vieram já casados. Posteriormente, meu pai trouxe a minha mãe para casar e a toda família da minha mãe, irmãos, cunhados, primos.

Ele já conhecia sua mãe?

Não. Ele não a conhecia. Em uma viagem que ele fez de volta a Polônia, por causa da mãe que estava com saudades, e que não queria morrer sem vê-lo, ele conheceu minha mãe.

E o pai dele?

Ele não chegou a revê-lo, porque ele adoeceu e morreu no período em que ele estava aqui. Mas a mãe tinha muita preocupação de arranjar-lhe uma esposa. Falou com uns casamenteiros, o que naquela

ocasião era muito comum. O casamenteiro tinha uma função importante na sociedade tradicional. Na verdade, o sucesso do casamento arranjado era saber juntar pares afins. Ou seja, não devia juntar uma família muito ortodoxa com uma família laica, porque raramente dava certo. Então, esses casamenteiros saíram à procura das noivas e foram procurar a família do meu avô materno, que era, também, uma família muito religiosa, de vários rabinos, mas, com poucos recursos. Eles tinham dois filhos e três filhas. Com muita dificuldade, eles consentiriam com o casamento. Eles não teriam a possibilidade de estar presentes no casamento, porque se realizaria no Brasil. Minha mãe era a filha mais velha. Foi também uma tragédia, uma choradeira. Ninguém queria que ela imigrasse, mas, ao mesmo tempo, não havia outra opção. Minha mãe trabalhava, era vendedora em magazine de propriedade de um parente, para ajudar a família. Eles achavam que era uma tristeza não ter a chance de casar a sua primeira filha, de participar do seu casamento. Czestochowa é uma cidade importante da Polônia por seu perfil religioso católico, pois abriga a padroeira da Polônia, a Virgem Negra – Matka Boska. Milhares de pessoas costumam ir até lá duas, três vezes ao ano, fazer peregrinações. é considerada a terceira cidade, em termos de catolicismo, a primeira é Fátima, depois Lourdes e a terceira é Czestochowa. Em um país extremamente católico, como era a Polônia, isso tinha um significado fundamental para a comunidade judaica local. Era uma cidade grande. Os tios da minha mãe eram industriais, pessoas muito religiosa, mas grandes comerciantes. E o meu avô era aquele judeu convencional em termos religiosos. Quer dizer, muito religioso, nada que o levasse para o mundo, para fora daquele ambiente. E minha mãe acabou vindo. Meu pai e minha mãe se conheceram por retrato. Pode um casamento arranjado, à distancia, dar certo? Pode! Eles foram muito felizes! Eram o exemplo. Quando se queria falar de um casamento bem sucedido, de uma casa bem arrumada, de coisas boas, o exemplo era meus pais. Foi nesse ambiente que eu nasci e cresci. Com exemplos de uma relação de afeto, de respeito, de tolerância, de amor. E, eu, como filha única, recebia essas belas virtudes. Essa foi a minha criação.

Onde eles viveram quando se casaram?

Na Rua Ana Nery. Eles se casaram no Meyer, depois eles foram para o bairro do Rio Cumprido, posteriormente, mudaram-se para a Rua General Câmara, rua que foi construída para abrir a Av. Presidente Vargas. Em seguida, moraram em um sobrado muito grande e bonito em cima da loja na Avenida Passos, principal eixo urbano do Rio de Janeiro.

Ainda está de pé, Helena?

Não. Tudo já foi destruído. Viver em um sobrado é uma experiência dolorosa porque acentua a solidão. Era fechado em si mesmo, em uma rua comercial. Só no carnaval era muito bom, porque todas as famílias vinham de todos os bairros da cidade, sentavam nas calçadas, conversavam. Nós, as crianças da família, nos fantasiávamos de baiana, palhaço, cigano, e brincávamos de confetes. Quer dizer, nesses momentos era muito bom, mas durante o ano, cada um vivia em um lugar diferente, então, apesar de ter pouco tráfego, pouco movimento nas ruas, naquela época, não dava para sair e passar o dia na casa do outro. Depois, nós nos mudamos para São Cristóvão, para o Campo de São Cristóvão.

Nessa mudança você já era nascida?

Sim, eu já era nascida. Minha mãe chegou em 1929 e casou imediatamente. A casa já estava arrumada. Eu nasci em 1930.

Qual dia, Helena?

06 de janeiro. O meu próprio nome já não é um nome clássico judaico. Embora eu tenha um nome judaico na sinagoga, eu sou Chaia. Meu pai se assimilou muito rapidamente. Talvez porque ele estivesse longe da família, com amigos que não eram judeus. Então, o meu nome também reflete um pouco a aculturação dele.

E sua vida escolar?

Eu fiz o Jardim de Infância no Instituto de Educação, onde tive uma experiência muito dramática. Na aula de religião, a professora me tirava da sala e me colocava sentada na soleira da porta e fechava a porta atrás de mim. Eu escutava as crianças rirem, cantarem, fazendo bagunça, estudando, e eu não entendia porque eu tinha de sair. Eu não sei, na verdade, até hoje, eu não consigo saber se foi intenção explícita da professora ou se foi a pedido dos meus pais. Um dia eu me queixei em casa que não estava gostando, que estava me sentindo isolada, os colegas me olhavam de modo diferente, porque eu saía da aula de religião, porque eu não gostava de Cristo, todas essas coisas. Então meus pais disseram que isso era necessário para a sobrevivência, assim, eu desconfio ter partido deles o pedido. Mas eu não sei até hoje. Quando se é criança você não sabe muito bem, quando se torna adulta, não se lembra de perguntar e o tempo passa, as pessoas se vão... Dali eu fui para um colégio, uma escolinha dentro do Campo de Santana, aquele mesmo Campo de Santana que abrigou meu pai no início de sua vida brasileira. Como eu morava na Rua General Câmara, era bem pertinho. Aliás, aquele edifício era uma coisa muito boa, porque todos, com exceção de uma família, eram judeus. Então, as portas viviam abertas. Foi uma época muito boa, com amizades, colegas que iam juntos para aquela mesma escolinha, onde fui alfabetizada. Era uma escola muito bonita. Cada um tinha a sua plantinha que cuidava com delicadeza. A escola se localizava no meio de um parque maravilhoso, hoje está tudo degradado, mas naquela época era lindo. íamos juntos, voltávamos juntos. Foi um período muito bom. Com a demolição da Avenida Presidente Vargas, mudamos para a Avenida Passos. Para o meu pai era interessante ficar perto do lugar do seu trabalho.

Essa escola era Municipal?

Sim, era Escola Municipal Campos Sales. Eu ainda vou passar lá para ver como está a escola, porque eu já me esqueci. Às vezes, tenho muitas saudades! Foi uma época muito boa, em que não havia aula de religião. O que para mim foi ótimo. Eu era igual a todo mundo. Quando nós nos mudamos para a Avenida Passos, fui estudar no Colégio Brasileiro São Cristóvão, que à época era uma escola muito conceituada, ficava perto do Colégio Pedro II e seus professores davam aulas lá. Era considerado um colégio bastante severo. Severo, mas não repressor. Eu tenho boas lembranças daquela escola.

Era escola particular?

Sim, era uma escola particular. Estudei lá até terminar o Científico. Fiz toda a minha trajetória lá. A fase do Primário, porque tinha saído da escolinha, o Admissão, o Ginásio e o Científico.

Não havia aula de religião, então?

Havia muita coisa boa, festa de fim de ano, com música, com danças, nós cantávamos o Hino Nacional. Era uma escola que possuía uns canteiros de flores muito bonitos na entrada. Quando mudamos para São Cristóvão, fui morar numa vila e o convívio com os vizinhos era intenso. Todas as crianças de lá tinham mais ou menos a minha idade. Todos estudavam na mesma escola. Então a gente ia junto também para a escola, com nossas pastas, com nossos cadernos, com nossas merendas e voltávamos juntos. Nessa vila, que era propriedade de uma única senhora, existiam oito casas, se não me engano, cinco ou seis casas da própria família da dona da vila. O Natal era comemorado com festas lindíssimas e que eu ia e gostava muito de ir. Meus pais não podiam ir, porque uma joalheria, em véspera de Natal, é um lugar em que se espera muita freguesia e eles chegavam em casa muito tarde e muito cansados, mas eu ia e gostava. Para mim, não era uma festa religiosa, mas uma festa de família. Com uma grande ceia, com música, com dança. Foi lá que eu tomei conhecimento, fui apresentada à Coca-Cola, que eu não gostei, mas como todo mundo tomava, eu tinha que beber também. E foi lá que eu me casei, naquela casa. A festa do casamento foi lá. Meu marido tinha perdido a mãe recentemente e nós não queríamos fazer uma festa grande.

Antes de chegarmos então para essa nova fase da sua vida, você menciona que fez o Científico, você é uma historiadora e na época havia o Clássico e o Científico. Porque você optou pelo Científico?

Porque eu ia fazer Medicina. Mas depois, aos poucos, me convenci de que era uma atividade que tinha certa incompatibilidade com o tipo de família que eu estava construindo. Eu casei tão logo terminei o Científico, muito jovem, somente depois de 13 anos de casada já com três filhos, resolvi ingressar no ensino superior. Considerando que o estudo da Medicina é longo e exigente em termos de dedicação à prática médica e considerando que os filhos eram pequenos, 9, 6 e 5 anos de idade respectivamente, necessitando de atenção e presença afetuosa de minha parte, resolvi prestar vestibular para Ciências Sociais na antiga Universidade do Brasil, hoje UFRJ, porque vinha de encontro com minhas preocupações sociais frente a forte desigualdade da estrutura da sociedade brasileira.

E como é que vocês se conheceram?

Nós nos conhecemos, porque ele tem um primo que é casado com uma prima minha. Esse primo morava em São Paulo e a festa de noivado da minha prima foi aqui no Rio. Foi aí que eu o conheci.

Qual é a data do casamento?

15 de fevereiro de 1948. Eu tinha 18 anos incompletos.

Onde foi a cerimônia?

Foi na sinagoga, no Grande Templo, com o rabino Tzkinosky, que era o rabino da cidade àquela época, com todos os rituais condizentes de um casamento religioso, meu sogro era muito religioso. Embora na minha casa respeitássemos o *kasher*, meu pai era um homem do mundo, um cosmopolita. Mas não havia porque não aceitar o pedido do meu sogro de que a cerimônia tivesse determinados rituais, porque afinal de contas, nós respeitávamos os preceitos judaicos e as tradições. Meu pai permitiu que ele fizesse a cerimônia da forma bem ortodoxa.

Seu noivo, na época, trabalhava? Em que?

Ele era químico industrial, formou-se na Escola Nacional de Química e trabalhava numa indústria de polímeros. Na época, ele foi convidado para trabalhar no Arsenal da Marinha, para ser o coordenador do Departamento da metalurgia náutica. Por isso, no início, fomos morar com meus pais, porque o salário era pequeno. Meu pai estava construindo um edifício e lá havia um apartamento disponível para nós. Era na Rua Otto de Alencar. Meu pai, além da joalheria tinha uma representação comercial de uma firma alemã, produtora de óculos e de lentes. Durante a guerra, ele não quis continuar. Ele tinha um sócio que era alemão, mas ele dissolveu a sociedade e não queria nenhuma relação com a Alemanha naquela época.

Mas esse sócio, em particular, havia feito algo, tinha demonstrado algum comportamento que justificasse?

Tinha. Meu pai achava que ele torcia muito pelos nazistas. Com as notícias recebidas da Europa, terminaram a sociedade e a representação.

Helena, voltando um pouquinho no tempo, você se casou em 1948, quais eram suas lembranças possíveis ao longo da sua infância e juventude justamente da Segunda Guerra Mundial.

Foi um período muito complicado para a minha família, porque tanto os pais da minha mãe haviam ficado na Polônia, como havia ficado, ainda, o irmão mais novo do meu pai, que ele não havia conseguido trazer, porque houve um momento em que se fechou completamente a entrada no Brasil. Da parte do meu pai, ficou, também, um irmão casado que não quis vir para o Brasil. Ele achava que aqui ele não iria ter uma vida judaica. Ele era extremamente religioso. Então, a falta de notícias concretas e as notícias que vinham pelo rádio, pelos amigos, eram horríveis. Terminada a guerra, meus pais começaram a procurar em todas as instâncias judaicas européias os nomes dos nossos familiares e não os encontraram.

Essa aflição era algo que você sentia ou era algo que você absorvia ao ver os seus pais durante a guerra?

Foram as duas coisas. Porque a família se reunia, muito constantemente, para tratar desse assunto: como fazer, o que fazer. Mandaram-se pacotes para a Cruz Vermelha. Mas eles não sabiam se chegavam ou não, mas não importava. Importava, fundamentalmente, saber se eles estavam vivos. A correspondência praticamente cessou. A única notícia que se tinha era que as cidades foram invadidas pelos nazistas, a Polônia, por exemplo, foi massacrada. Campos de concentração e de extermínio funcionando em acelerada atividade, uma verdadeira indústria da morte! Ao mesmo tempo em que eu percebia que meus pais estavam sofrendo muito, outros judeus que tinham parentes na Europa encontravam-se desesperados. Eu também passava por esses sentimentos, incorporava a dor dos meus pais. Todos sentiam preocupação por pessoas que não se conheciam, todos eram solidários. Foi muito complicado, principalmente quando meus pais recebiam as notícias das instituições consultadas de que nenhum de seus parentes estava nas listas de sobreviventes. A única notícia que eles tiveram foi sobre o irmão caçula da minha mãe, que esteve escondido durante algum tempo com uma família polonesa. Enquanto ele teve dinheiro, foi mantido, mas quando o dinheiro acabou, ele foi denunciado. Quando a notícia final chegou de que não havia sobreviventes das famílias de meus avós paternos e maternos, em sinal de luto, meus pais fecharam a loja. Ficaram três dias com a loja fechada. Todos os amigos portugueses e fregueses vieram e se solidarizaram. Foi muito profundo. Minha mãe demorou muito tempo a se recompor dessa tristeza.

Essa família que escondeu seu tio durante certo tempo vivia em qual cidade?

Não sei. Possivelmente perto de onde eles moravam. Isso já seria a história contada por um sobrevivente, mas meu tio não sobreviveu.

E a família do seu noivo? Vocês traziam, quando se conheceram, esse assunto da origem das famílias dele frente à tragédia européia...

A família dele não era da Europa, mas de Jerusalém. São muitas as gerações que foram da Polônia para a Palestina no século XVII. Foi, no final do século XVI para o século XVII, que eles se instalaram na Palestina. Na Palestina do Império Otomano, depois a do Mandato Britânico. Anda não era Israel. Porque eles migraram antes do Estado de Israel, por isso que eu falo Palestina. O meu sogro trabalhava com câmbio. Ele tinha uma casa de câmbio e, naquela ocasião, trabalhava em diversas praças no exterior, Líbano, Amã, entre outras. O transporte se fazia por caravanas de camelos. O carregamento era de moedas de ouro. Em umas dessas viagens, cuja frota já havia sido modernizada, não era mais de camelo, já era de carro, com motoristas de confiança, o transporte foi assaltado e roubaram absolutamente tudo. Evidentemente, causou um grande impacto. Primeiro, porque havia o compromisso com a honestidade. Meu sogro e seus sócios tiveram que pagar a todos que lhe haviam dado crédito. Foram à polícia e tomaram todas as providências, para tentar reaver alguma coisa. Muito tempo depois, saiu um livro de uma pessoa que participou do assalto, contando a história. Os assaltantes eram membros da Haganá e estavam fazendo dinheiro para comprar armas, para se defender, para atacar os ingleses. E aí a família ficou em uma situação delicada. Quando nós soubemos, eu já estava casada. Meu marido achava que a família Lewin deveria contratar um advogado, fazer uma ação contra o Estado, pedir indenização, de uma lira que seria um pagamento, simbólico, para configurar oficialmente o dano. Mas a família que ficou em Israel, nesse período já era Israel, não concordou. Afirmavam que não adiantava voltar às coisas passadas. Um dos meus cunhados era banqueiro, o outro alto oficial do exército. Tinham posição importante. Ou todos entravam na ação ou não entrava ninguém.

Você tem algum desses livros?

Tenho. Com isso, meu sogro entrou na miséria: vendeu todas as suas propriedades, o laranjal, as jóias da mulher. Assim eles ficaram praticamente na penúria, venderam tudo para pode pagar suas

dívidas, seus compromissos. Como uma família grande de oito filhos se move para um novo espaço ou toma a decisão de se transladar para outro continente? é uma decisão muito complicada.

Comentando sobre essa dificuldade de transladar de um continente para o outro, mas em particular, de Jerusalém, de uma família religiosa, tradicional, instalada no coração do Judaísmo, por que o Brasil?

Meu sogro, como um grande comerciante, conhecia muita gente. Ele conhecia todas as pessoas ligadas ao *establishment*, religioso e não religioso, e conhecia uma família que já tinha dois filhos no Brasil.

Em que cidade?

No Rio de Janeiro. Ele conhecia o sogro do rabino Raffalovich, que foi diretor geral do ICA. Então, o ICA Jewish Colonization Association – era uma instituição filantrópica que tinha a finalidade de remover os judeus das áreas onde passavam por grandes dificuldades e colocá-los em atividades produtivas. Eles visavam, sobretudo, mudar a visão que se tinha do judeu, como parasita, e geralmente, os instalavam em áreas rurais para que também pudessem voltar às suas origens de trabalhadores do campo. Esse sogro do Raffalovich escreveu para ele e perguntou se podia encaminhar o filho – que já era professor em Jerusalém, mas não era casado ainda – para as colônias do Rio Grande do Sul. Esse foi o primeiro que saiu de casa. Ele foi ser professor e, ao mesmo tempo, ele ficou encarregado de manter os rituais judaicos.

Como ele se chamava?

Iacov Lewin. Ele foi para lá e acabou sendo coordenador de todas as escolas das várias colônias agrícolas do ICA e que eram mais ou menos próximas. Casou com uma jovem lituana, Iona, que também era professora lá. E eles acabaram se tornando grandes professores da comunidade judaica de São Paulo, posteriormente. Mas quando aconteceu a revolução gaúcha, houve muito terror no campo, houve muitos grupos antagônicos e que faziam pilhagem, matavam, destruíam o gado, incendiavam. Então, houve um período de grande insegurança local. Além disso, a Coluna Prestes também fez o mesmo trajeto. Era outra proposta de mudança de regime, mas os seus componentes traziam inquietação. Não havia controle de nada. Então, eles resolveram ir para São Paulo, os seus dois filhos já haviam nascido lá. Mas foi uma debandada geral, o fracasso da colonização judaica no Rio Grande do Sul se deve a isso. é uma pena porque poderia se ter um segmento de camponeses judeus, com uma experiência de vida fantástica. Na verdade, além disso, houve outro problema: a orientação agrícola aos colonos. As pessoas que vieram da Europa eram pessoas que não conheciam a questão brasileira: o solo, o clima, a diversidade.

Os próprios trabalhadores rurais no Brasil. A mentalidade dos trabalhadores rurais no Brasil é diferente.

Houve muito insucesso, no início. As plantações não vingavam, o gado morria. Havia também a falta de interesse pela saúde dos colonos. Isso era outro fator desagregador dessas comunidades, o que é uma pena, mas ganhei cunhados e sobrinhos paulistas. Eles foram diretores e professores conceituadíssimos na área de hebraico, de história judaica. Eles viveram a vida toda como professores e morreram como professores, que foram reconhecidos pelas gerações que eles formaram. Iacov Lewin foi o primeiro imigrante da família. Depois veio o meu sogro, sozinho.

Qual o nome do seu sogro?

Abraham Lewin. Depois ele veio para o Brasil recomendado à família Steinberg – aqueles dois irmãos que tinham emigrado e estavam muito bem estabelecidos. Ele foi ser representante comercial da firma deles. Foi morar em São Paulo, as coisas foram muito difíceis. Mas ele foi trazendo a família, que veio toda junta, a mãe com seis filhos. Dois se recusaram a vir. O oficial do exército, que eu já mencionei, e uma irmã mais velha, casada com um banqueiro, já haviam constituído família e não quis vir. As filhas, no Brasil, foram trabalhar em casas de moda.

Em São Paulo?

Sim. Uma delas acabou vindo para o Rio de Janeiro. Ela era muito habilidosa, sabia várias línguas e, assim, ela foi trabalhar em uma casa de modas, que naquela época fazia muito sucesso. Todos os irmãos se casaram aqui, no Brasil. Todos vieram solteiros, uma família bonita, grande e respeitada pela cultura talmúdica de meu sogro.

Em que momento o seu marido se transferiu de São Paulo para o Rio de Janeiro?

Quando a família dele veio para o Rio de Janeiro. Em um determinado momento, o meu sogro havia conseguido outra representação aqui. Meu marido fez o curso superior de Química Industrial, posteriormente aqui no Rio, cursou Engenharia Civil, já depois de casado.

Como era, no início de sua vida de casada, a administração do seu início da sua vida acadêmica e do seu casamento?

Em primeiro lugar, quando eu casei, queria ser dona de casa. Apesar de eu ter tido o projeto de fazer Medicina, eu queria ser dona de casa. Minha vida foi muito feliz, com muita festa, com muita alegria e os filhos foram nascendo. Eu ainda não estava estudando.

Você parou os estudos?

Eu parei os estudos quando terminei o Científico. Eu era muito jovem e queria ser dona de casa. Ter uma casa uma bem arrumada e tudo mais!

Por falar nisso, quanto tempo vocês ficaram morando com seus pais na vila?

Pouco tempo. Logo em seguida o edifício ficou pronto e nós mudamos. Questão de seis, sete meses. Porque não adiantava alugar uma casa, passar pelos transtornos de mudança por tão pouco tempo. Após treze anos de casada, eu resolvi fazer um curso superior.

Todos os seus filhos já haviam nascido?

Sim. Antes eu achava que não devia sair de casa tão cedo para estudar porque os filhos eram pequeninhos. Quando eles foram para a escola e já não dependiam diretamente de mim, resolvi voltar a estudar. Eu achei que se eu estudasse Ciências Sociais estaria estudando, de alguma forma, o lado laico da Medicina. Eu estaria analisando diferentes formas sociais de agrupamento, de sociedade, enfim, de relações sociais. Porque a Medicina possui outra visão, mas, de certa forma, atravessa as Ciências Sociais. Pura justificativa? Talvez! Mas eu fiz o curso de Ciências Sociais, hoje seria a Universidade Federal do Rio de Janeiro, mas na época era a Universidade do Brasil.

Qual o nome e a data de nascimento dos seus filhos.

Myriam, a mais velha, nasceu em dez de fevereiro de 1951. Eliezer, no dia 15 de fevereiro de 1954 e Ronaldo, nasceu no dia sete de agosto de 1955.

Então uma vez eles crescidos é que você volta aos seus estudos. Isso acontece em que ano, Helena?

Em 1961.

Você fez algum curso preparatório?

Sim, porque eu estava há tanto tempo parada. Eu havia perdido o hábito de estudar. Ler, eu sempre lia muito, mas estudar é diferente de ler. Eu havia perdido a concentração. Fiz cursinho, tirei o primeiro lugar no vestibular. Fiz um curso muito bom de Ciências Sociais, tive excelentes professores, como por exemplo, Maria Ieda Linhares. Tive também uns ruins. A professora de Geografia Humana era péssima, apesar de ser assistente de Josué de Castro autor de *Geografia da fome no Brasil*. Tive bons professores, embora não concorde com o curso que tive.

Por quê?

Porque achei que o curso era uma colcha de retalhos. Estudávamos um pouco de História, outro de Estatística, de Geografia, de Ciência Política. Não havia nenhuma interrelação entre essas áreas e eu pensava e ainda penso, numa visão e abordagem da totalidade dos fenômenos sociais. Sou contra o termo Ciências Sociais, prefiro trabalhar com a definição de Ciência do Social.

Por que Ciência do Social?

Porque se os fenômenos são fracionados segundo as várias especialidades, acontece o fracionamento da totalidade. Se você não consegue fazer a conexão, a interação e as interseções entre as várias ciências sociais, você percebe uma realidade completamente distorcida. Isso se reflete na vida universitária, reflete-se nos departamentos de Antropologia, de Sociologia, de Política, de Geografia, de História, em vários departamentos que passam a se constituir em feudos. Na verdade, são formas de se criar emprego. Eu venho dizendo isso há muitos anos, mas não tem eco, ninguém escuta, porque ninguém quer perder o seu emprego.

Mas na época em que você era estudante você já sentia essa fragmentação?

Sim, por isso eu disse que tive ótimos professores, mas não tive um ótimo curso.

Você concluiu em qual ano, Helena?

Eu concluí no ano do golpe militar, da chamada Revolução Redentora, em 1964. Foi a primeira formatura a ser cassada. Nós já tínhamos alugado o Teatro Municipal, escolhido o paraninfo, o orador. A polícia cercou o teatro. Nós queríamos entrar na marra, mas chegamos à conclusão que iríamos prejudicar os nossos convidados, pais, e professores. Seria, na verdade, um morticínio se entrássemos à força, por isso, recuamos. Nossa formatura foi muito engraçada, porque ela aconteceu no gabinete do diretor, que nem apareceu. Ele sabia que seria vaiado. Nós não queríamos que fosse uma formatura, mas um ato de repúdio. Como uma repulsa, como uma forma de não aceitação do *status quo*. Resolvemos fazer o seguinte: cada um iria da forma que quisesse ir. Uma foi com rolinhos na cabeça, outra de chinelo de dedos, outro de bermuda, outro sem fazer a barba. Enfim, cada um foi de um jeito bem esmolambado, para mostrar que aquilo era um ato formal que a gente tinha que cumprir, e nada mais do que isso. Foi nosso pequeno protesto, um protesto ingênuo, porque não teve nenhuma ressonância, mas para nós, naquele momento, teve muita significação.

Em que mês?

Em dezembro de 1964.

Como é que você se define frente à política brasileira da época, você estudante?

Eu sou, sobretudo, humanista, isso eu faço questão de frisar, filosoficamente. Ideologicamente, de esquerda. Não de extrema esquerda, por conta do meu judaísmo.

Explique, por favor.

Tem a ver com minha atitude de apoio a Israel. Sofri muita coação política quanto a isso, até depois que terminei o curso e fui para a PUC.

Você foi fazer a Pós-Graduação?

Não. Eu fui convidada para dar aula na PUC e fazer meu Mestrado. Vivi lá um momento muito complicado, porque a Escola de Sociologia e Política era sistematicamente “visitada” pela polícia. A PUC teve uma atuação fantástica, de dar acesso aos professores cassados para dar aulas, principalmente, no Departamento de Sociologia e Política, onde fui diretora chefe.

Você entrou, em 1965, diretamente na PUC? Quem lhe convidou?

Sim. Quem me convidou foram o Padre ávila e o Padre Ozanan, ambos cristãos de esquerda.

E você lecionava?

Sim, eu lecionava lá. Aliás, eu lecionava coisas que eu nunca havia visto na minha vida. Por exemplo, a primeira disciplina que lecionei foi Teoria Sociológica, mas eu nunca havia estudado essa disciplina no meu curso de graduação. Então, para cada hora que eu dava de aula, eu estudava uma semana inteira, loucamente, duramente. É isso que eu digo: você sai da faculdade sem nada na mão, nem para dar uma aula na Graduação de Teoria Sociológica, disciplina-base para a formação de um sociólogo. Era necessário ter um mínimo de conhecimento, eu nunca tive uma cadeira de Teoria Sociológica na faculdade. Eu tive uma cadeira de Weber, que era só Weber. Que foi maravilhoso, eu realmente acho que conheço bem Weber por conta dessa disciplina. Depois fui lecionar outra disciplina, que eu não nunca tinha visto também, Problemas Sociais. Crime, prostituição, imigrações, em uma linha norte-americana, *social problems*, como os norte-americanos chamam. Nela entrava tudo, favela, drogas. Mas isso já estava mais fácil, não que eu já tivesse estudado prostituição no meu curso – todas as mulheres eram santas –, mas era uma coisa que, como você lê se jornal, está sempre sabendo o que se está acontecendo.

Você ingressou no Mestrado também em 1965?

Em 1965.

Como é que você chegou a ser diretora do departamento?

Na verdade, eu acabei fazendo carreira dentro da PUC. Fui chefe de departamento, fiz parte de todos os conselhos da PUC, fui eleita – porque era eleição – para todos os conselhos: de Pesquisa, Universitário, Departamental. Isso me proporcionou uma visão aprofundada da universidade. Também, por conta disso, o reitor da época, Padre Laércio de Moura, toda vez que havia algum problema, ele me chamava. Fui decana do Centro de Ciências Sociais. Quando as coisas estavam muito difíceis, ele sempre queria que eu estivesse ao seu lado. Não sei por que. Um dia, era *Yom Kipur*, e ele me telefona, mas esse é o único dia do ano em que eu não trabalho, além de Rosh Hashaná, disse-lhe. Aí ele me diz: – Professora, a senhora precisa vir aqui urgente. Aí eu falei – Padre Reitor, hoje eu não posso, hoje é meu dia santo. E é o único dia que eu respeito. – Não professora, é ur-gen-te! A senhora tem que vir. Quando o reitor da universidade diz que é urgente, eu explico o que é, ele é um homem religioso, entendia minha condição, por isso eu fui.

Em que ano isso aconteceu?

Acho que era 1968. Ao chegar, disse a ele: “Pronto, estou aqui, qual é o problema?” Ele me respondeu que não havia nenhum problema, mas que me convidava para passear pelos pilotis da universidade. “–é para isso que o senhor me tirou de casa?” Ele, então, me disse: “– é, para mostrar que nós estamos atentos, que existe uma afinidade entre todas as religiões aqui dentro”. Havia muitos alunos judeus implicados também em situações difíceis. Ficamos passeando de um lado e para outro, entrávamos e saíamos das salas de aula. Ele teve momentos de muita coragem, de dizer para a polícia: – “O senhor não vai entrar aqui no campus. O senhor não pode entrar! Eu não vou deixar! Eu não tenho armamento, mas o senhor não vai entrar por uma questão de obedecer moralmente uma autoridade acadêmica. E não entraram”. Cercaram toda a PUC do lado de fora, mas não entraram. Era tensa a situação. Eu tirei muito professor no porta-malas do meu carro, para fora da PUC.

Você chegou a ser interrogada em algum momento no período de repressão?

Não, porque eu não deixei. Eles chegavam e diziam: – “Nós viemos assistir sua aula”. Ou então: “Nós viemos buscar o professor fulano de tal. Cadê o professor tal?” O professor estava na sala ao lado, mas eu falava que ele não estava, que estava de licença. Alguns insistiam: –“Posso entrar para ver?” – “Não, o senhor não vai passar de onde está!”

Essa autoridade era respeitada?

Muito respeitada. Eles tinham certo medo. Mas havia alunos policiais dentro da sala de aula, alunos que vieram transferidos, que eram policiais. E que a Universidade não podia negar. A gente sabia que havia, eles tomavam nota de tudo. Sabíamos quem era quem. Foi um tempo complicado. Criamos códigos de comunicação que não eram conhecidos para poder sobreviver. Eu tive problemas com a polícia, porque eu fui várias vezes ao DOPS soltar alunos. Fui muitas vezes interceder por alunos que tinham sido presos. Até fiz amizade com o delegado, que ficou sendo meu amigo. Mande perfume para a mulher dele, era preciso.

E você teve êxito em todas as suas idas ao DOPS?

Todas. Tirei todos os alunos, um a um. Cada vez que eu tirava um aluno, quando eu chegava em casa e me deitava dava pulos de emoção, de cansaço, de tensão. Fui chamada em várias ocasiões. Não foram só alunos que foram presos. Muitos professores foram presos, estavam com processos. Esses processos eram da IPM, inquérito policial militar da Aeronáutica. Eu fui então arrolada como testemunha de defesa. Eu fui a todos eles. Teve uma ocasião, já era a décima vez que eu aparecia lá, o homem que tomava conta do corredor disse: “– Outra vez, professora?” Não sei se graças ao meu depoimento, mas certamente deve ter ajudado alguma coisa, eles todos foram soltos. O processo continuou depois, mas nada de presos, nada muito complicado. Tive uma vida intensamente vivida e sofrida. Sobretudo, sofrida, porque era assim “o que será que hoje vai acontecer?”. Todo dia havia alguma coisa.

Nesse período, você só lecionava na PUC?

Sim, só lecionava na PUC. Eu fui fazer concurso para UFF depois de muito tempo.

Ainda na PUC, seu Mestrado. Qual foi sua dissertação de mestrado?

Meu orientador foi o Padre Ozanan, mas acabei não terminando porque não tinha condições de terminar. Primeiro as aulas, depois a família, os acontecimentos políticos da época. Eu fiquei muito desestruturada por conta disso e decidi parar. Depois, entrei direto no doutorado na USP. Por isso, levei mais tempo na USP, por conta de pagar créditos que eu já deveria ter no Mestrado.

Qual era seu trabalho de Mestrado na época?

Eu estava fazendo um trabalho sobre Weber.

Na PUC você ficou até que ano?

Eu fiz concurso para a Federal Fluminense, quando eu ainda estava na PUC.

O que te levou a fazer esse concurso na Federal?

Eu queria conhecer outra universidade, a pública. Queria conhecer uma universidade em que os alunos não eram necessariamente de classe média para cima, como eram na PUC. Esses, aliás, eram alunos fantásticos. Todos eles com capital cultural muito elevado, que liam com muita facilidade todos os textos, respondiam muito bem, o que eu não encontrei na universidade pública. Era mais difícil naquele tempo. Tinha que ser mais lento, mais explicado, mas a gente sabe que a questão do capital cultural é muito importante. é uma condição prévia para um bom desempenho, de certa forma. Embora possa parecer pedante, mas não deixa de ser verdade.

Em que ano você fez esse concurso?

Esse concurso, que eu fiz em 1971 ou 1972, ainda na época da grande repressão, tem uma história. Para se inscrever, tinha que se apresentar uma declaração do DOPS, um “nada consta”. Tinha que trazer recomendação de várias pessoas. Eu fiz, passei. Acontece que como eu tinha decidido fazer na última hora, ou melhor, com pouco tempo, eu pedi para aquele delegado do DOPS que me desse a declaração, que era só para constar. Só que foi uma furada, porque depois de ter passado para a UFF,

eu tive que apresentar tudo outra vez: fiz exame médico, mas quando eu estava administrativamente pronta para assumir, precisava apresentar outra vez o atestado ideológico do DOPS. E eu não queria pedir ao mesmo delegado porque aí seria abuso. Então, eu entrei normalmente com os papéis, mas nunca saíram do lugar. Entrei na Justiça, fiquei quase 12 anos para ter 'ganho de causa'. Nesse ínterim, morreu juiz, o outro foi transferido, nada de eu ter minha situação regularizada.

Mesmo sem a documentação?

Quando fui admitida na UFF depois de 12 anos de processo, solicitei que, pelo menos, contassem esse tempo para a aposentadoria. Solicitei que me pagassem a quantia correspondente ao salário não recebido, pelo fato de eu estar impossibilitada de trabalhar, ou melhor, proibida! Eu quase desisti, mas eu não desisti apesar de não ter conseguido nenhuma das solicitações formuladas. Fui ser professora como qualquer outra sem nenhum ressarcimento anterior, de contagem de tempo ou de indenização pecuniária.

E nesse ínterim desses doze anos, você continuou na PUC?

Continuei.

Nunca parou?

Nunca parei.

Você saiu da PUC quando tomou posse na UFF?

Sim, porque fizeram questão que fosse dedicação exclusiva. Aí eu falei: -Está bom. Vamos fazer uma outra experiência. Mas não gostei da experiência. Primeiro, porque senti um pouco de dificuldade no trato com os alunos. Mas isso foi uma questão do primeiro e segundo mês, mas depois se resolveu. Eu estava colocando um grau de exigência muito elevado. Então eu reconheço, porque como a turma da PUC era muito boa, eles respondiam sempre, então eu ia apertando o cerco! Depois eu maneirei, nos tornamos amigos e vi que haviam ótimas turmas. Mas eu não gostei pelo seguinte: a UFF tem uns gabinetes para professores em tempo integral. Você tem seu gabinete com mais um colega, sempre dois a dois. "Coisa boa, vou ter possibilidades, ficar o dia todo, estudando, poder trocar idéias com os professores colegas, integrar, fazer coisas conjuntas, mas não foi possível. Porque a maioria dos professores, só iam para dar aulas. E não apareciam nunca. E eu pensava "o que eu faço aqui dentro desse cubículo?". Não fazia sentido. Tudo bem que eu dava aulas, recebia alguns alunos, fazia alguns trabalhos extras com os alunos, mas não consegui produzir um projeto coletivo com professores de áreas afins. Aí eu desanimei. Eu tinha que tomar a barca pela manhã para a Universidade, o horário era horrível, eu retornava após as 22 horas. Não deu certo. Aí eu pedi demissão.

Essa vaga que você ocupou na UFF, era qual disciplina?

Eu lecionava Sociologia Urbana e Sociologia Rural.

Você pede exoneração, quanto tempo você trabalhou na UFF?

Uns seis, sete anos, mais ou menos isso. Depois, quando eu me aposentei, juntei os anos da UFF na minha aposentadoria e completei com os anos que eu tinha na PUC.

Saindo da UFF, para onde você vai?

Aí eu fui convidada para ser professora visitante na UERJ por Cristina Dias e Márcia Leite, que haviam sido minhas alunas na PUC, do Departamento de Sociologia.

Em que ano você ingressou?

Em 199, como Professor Visitante, que é uma categoria diferenciada dos outros tipos de docência. Você fica por dois anos e, então, acaba o contrato. Depois, você tem um interstício de um ano, sem poder voltar. E depois você volta por mais dois anos e nunca mais consegue contrato de trabalho. Foi

o tempo que eu fiquei lá como professor visitante. Nesse meio tempo, fui convidada para montar o Programa de Estudos Judaicos pelo próprio reitor, Hésio Albuquerque Cordeiro. Tinha havido um problema sério. Uma bomba no Departamento de Hebraico. A suástica foi rabiscada no quadro negro. Eu estive, junto com os professores do Hebraico, pedir uma providência.

Como surgiu o Programa?

Fomos conversar, solicitar um inquérito policial, porque o ato de vandalismo havia sido uma coisa planejada, intencional, não uma brincadeira de criança. Além disso, solicitamos que a forma que a reitoria teria de demonstrar o seu repúdio àquelas ações seria apoiar um programa na área de estudos judaicos.

Então foi uma ideia que surgiu de você?

De mim, da professora Jane Glassman, que era coordenadora da área de Língua, Literatura e Hebraico, na época.

Você se lembra da data do início do Programa de Estudos Judaicos?

Em 1991 tivemos o reconhecimento da reitoria, o ato administrativo criando o PEJ. Mas só estabelecemos as normas, o estatuto, no ano seguinte.

Quem mais estava com vocês nessa ocasião?

Estava lá também o professor Isac Cucuruza, que era da área de Medicina do Hospital Pedro Ernesto. E começamos assim, com pouca gente.

Qual é sua filiação acadêmica junto à Universidade nessa criação desse Programa?

Eu sou professora voluntária, não ganho um centavo. Financio muitas coisas que acontecem lá, mas faço isso porque considero que é uma atividade política, de cultura e de registro de memória. O primeiro coordenador foi o Cucuruza, o segundo foi Jane Glasman, em seguida, Liana Rosemberg, depois Jayme Landmann, que já faleceu, em seguida Cecília Loreto Mariz e, agora, Orlando de Barros, que é de História. Eu fui nomeada pelo Reitor como Presidente do Conselho Consultivo do Programa de Estudos Judaicos. Na qualidade de Professor Visitante durante a gestão desta modalidade, não pertencente ao quadro permanente de professores da universidade, não poderia assumir a função de coordenadora do Programa

A proposta do programa de Estudos Judaicos, na concepção original, quais eram os objetivos? E reunia, portanto, professores de diferentes departamentos, diferentes núcleos da universidade. Esse caráter multidisciplinar ou interdisciplinar, como que isso teve a ver com os propósitos do PEJ?

Nós estabelecemos alguns objetivos: criar novos conhecimentos, formando uma massa crítica de saberes na área de estudos judaicos, promover pesquisas, debates, seminários e cursos. O que entendemos por estudos judaicos? A questão da antiguidade, a modernidade e a contemporaneidade judaica, para que pudéssemos ter uma visão historicamente consecutiva, mas não necessariamente obrigatória como tal. Por outro lado, tínhamos o objetivo de disseminar conhecimentos, de fazer convênios e contatos com outras instituições de estudos e de pesquisas dessa área, a fim de fortalecer essa área no Brasil, sem perder a integração com institutos especializados do exterior. Por isso realizo congressos na UERJ, a cada três anos, além de promover sua divulgação acadêmica através de publicações de livros.

Qual relação existe entre o PEJ e a Federação Israelita do Rio de Janeiro?

Uma das funções, que nunca foi usada porque nunca foi solicitada, foi a de nos colocarmos à disposição da Federação Israelita do Rio de Janeiro, para dar subsídio acadêmico que eles necessitassem para sua administração, ou seja, colaboraríamos com pesquisa, cursos, atividades variadas, além de prestar consultoria na área de cultura e gestão.

Alunos do Programa de Estudos Judaicos são de graduação e pós-graduação?

Não tem alunos. Não é uma unidade acadêmica, é uma unidade de extensão. Fizemos, em vários momentos, alguns cursos, mas depois começou a ficar muito complicado, porque não temos orçamento. Ficou complicado conseguir recursos para pagar professores para darem os cursos. E eu não admito contratar ninguém de graça, só eu que posso trabalhar de graça! Não acho justo para outras pessoas. Eu acho que estou fazendo um trabalho necessário, com muita dificuldade, porque não é fácil trabalhar sem recursos orçamentários.

Como tem sido essa trajetória, de 1993 para cá, em termos da aceitação político-administrativa na UERJ? Com as mudanças dos reitores, as eventuais mudanças de professores e departamentos, como é a aceitação do Programa de Estudos Judaicos?

Nós somos respeitados, porque temos uma excelente produtividade em termos da área de extensão. Somos o setor de extensão que tem o maior número de atividades. O que nos dá certa respeitabilidade acadêmica, e alguma sustentação. Nenhum reitor até agora teve coragem de acabar com o PEJ por várias razões. Primeiro, porque dá visibilidade na comunidade judaica, segundo, porque não está custando nada para a universidade e terceiro, porque seria questionável dismantelar um programa como o PEJ que tem convênios com as Secretarias Municipal e Estadual de Educação. Correria, é claro, o risco de ser rotulado de antissemitismo!

O Programa de Estudos Judaicos, desde o início da sua existência, já foi vítima de alguma ação antissemita?

No princípio, nós até chamávamos a segurança para ficar ao nosso lado, nos eventos que fazíamos. Porque havia um clima desfavorável, mas depois foi diminuindo. Por enquanto, não mexem com a gente, mas também não aparecem nos eventos, são convidados, mas não participam de nada.

Você identifica quais grupos ou indivíduos que buscam o Programa de Estudos Judaicos? São notadamente judeus? São não judeus? Qual a faixa etária, origem...

Varia com o tema que está sendo apresentado naquele momento. Há sempre professores presentes. Como, atualmente, não tenho turma, não posso trazer alunos. Quando eu tinha, eu os trazia, porque era uma atividade acadêmica, como outra qualquer. Sempre, no Conselho Consultivo que presido, composto por professores da UERJ, peço a eles para envolverem seus alunos nas atividades do PEJ, mas eles também têm suas dificuldades.

O fato de você não ter a uma turma, não ter sua cátedra, te frustra?

No início me chateava. Às vezes, eu tenho muita saudade da sala de aula. Mas...

Voltando um pouco a sua formação acadêmica, mencione quando que você foi fazer seu doutorado. Como foi sua inserção ao doutorado na USP?

Meu doutorado teve várias situações difíceis, porque eu perdi meu marido naquela época.

Em que ano, Helena?

Eu não quero falar sobre isso. Me causa muito sofrimento.

Você já tinha ingressado no doutorado?

Sim. Tanto que minha tese eu dedico a ele.

Qual foi o título do seu trabalho?

O Nordeste e seu Sertão. Eu estava como socióloga rural naquela época. Depois, fui mudando um pouco os meus interesses acadêmicos.

Você concluiu em que ano o seu doutorado?

Em 1982.

Mais ou menos no período da UFF?

Exatamente. Demorou um tempo para eles reconhecessem a minha titulação. Certamente, burocracia. Não creio que houve qualquer discriminação ao ser negado os meus direitos. Eu acabei sendo Professora Titular.

E a PUC? Depois que você saiu, não mais retornou com atividade docente?

Não, mas mantenho uma amizade muito grande com a PUC. Tenho uma relação de amizade com o Padre Jesus Hortal, o atual reitor. Gosto muito dele, lamento que ele esteja saindo da PUC. Ele participa de todos os eventos que eu faço. Mas não deu mais para voltar para lá, já estou velha para dar aula, para ser readmitida. é preciso dar lugar para os jovens. Se os velhos não saírem o que vai ser dos jovens? E também porque o velho tem a experiência, mas a juventude tem a gana, a garra, que é algo importantíssimo. é um estímulo para seu crescimento. O velho tem passado e o jovem tem futuro, isso faz uma grande diferença.

Quais são os objetivos, no momento, do Programa de Estudos Judaicos?

Nós estamos envolvidos em um projeto, que me parece muito importante. Criamos uma jornada interdisciplinar para estudar o Holocausto. Já estamos no quarto ano oferecendo para professores do Ensino Fundamental e, nesse ano, estamos abrindo para o Ensino Médio do Estado, que é outra população. Tivemos uma grata surpresa, seiscentos professores inscritos! Já estou com um problema de espaço. Estamos produzindo os cadernos de textos, especialmente para atender os professores. Com artigos de vários professores que estão trabalhando com a questão da Intolerância, do Holocausto, do Totalitarismo, da Segunda Guerra Mundial, da Alemanha, e temas referentes à identidade e à memória. Eu acho que isso está proporcionando um conhecimento para fora dos muros da universidade e tem sido muito bom. Mas nem por isso eu deixo de fazer outras atividades. Eu estou publicando um livro que deve sair no início do segundo semestre.

Já tem título?

Sim. *Judaísmo e Globalização: espaços e temporalidades*, está enorme, com seiscentas e tantas páginas. Para ler você terá que colocar uma estante em baixo para segurar o peso da reflexão! Estou pensando no próximo congresso, que será em 2011. Fazemos sempre atividades da Shoah, como uma marca do Programa. é uma cerimônia muito interessante. Esse ano, além do acendimento das velas, além das rezas, celebradas pelo Hazan Nelson Zeitune, fizemos uma homenagem a um "Justo entre as Nações". E esse ano foi Chiune Sugihara, o cônsul japonês que salvou milhares de judeus durante sua gestão na Lituânia.

Para essas publicações do Programa de Estudos Judaicos, vocês, pelo menos, recebem algum apoio?

Eu "passo o chapéu". Eu vou a alguns doadores, porque fazer um livro é uma coisa cara. Tem a parte de preparação do livro, o design, a parte toda de revisão, e isso tudo tem um custo muito grande. Depois, a parte de elaboração de capa, a parte gráfica propriamente dita. Atualmente não consigo fazer sozinha. Eu estou outra vez passando o chapéu para a próxima publicação.

O Programa de Estudos Judaicos, nesse sentido, tem recebido apoio de membros ou instituições da própria comunidade judaica?

Quando eu peço, sim. Não muito. Eu peço para alguns doadores que já são "meus fregueses", aqueles que me atendem bem. Eu faço questão de colocar o PEJ nos meios de comunicação da comunidade, mas sinto que ainda é pouco conhecido. Talvez porque seja uma atividade acadêmica, está dentro de uma universidade, não tem a mesma visibilidade que as instituições judaicas que fazem parte da FIERJ.

A criação do Programa de Estudos Judaicos foi uma maneira de você unir a sua formação de origem em Ciências Sociais com o judaísmo?

Pode ser. A minha primeira formação é na área de Sociologia Rural, tanto que a minha tese de doutorado é dentro dessa área, mas eu tenho algumas outras especializações. Eu tenho uma pós-graduação em Demografia, em Educação, que eu fiz no México em Educação de Adultos e Analfabetismo. Tenho uma pós-graduação na Colômbia, que é do ICA, da OEA, em Ciências Agrícolas com um recorte em Desenvolvimento Rural Latino-Americano, que foi a época que eu saí do Brasil por que eu estava sendo perseguida.

Em que ano você saiu e quando que você voltou?

Eu fiquei lá um ano. Saí em 1969 e voltei em 1970.

Você precisou sair, então?

Sim, precisei sair.

Você saiu sozinha?

Sim, sozinha.

Como é que sua família lidou com isso?

Meu marido era um homem excepcional. Não era um homem de esquerda, ele era um homem progressista e sempre apoiou todas as minhas atividades. Esse apoio não é possível converter em valor monetário. Não há dinheiro que meça o apoio no momento em que você está se firmando academicamente, porque eu comecei mais tarde. Eu entrei no casamento como uma menina, mas no casamento me tornei uma profissional. O que é diferente. é diferente enquanto mulher e suas exigências. Eu sempre tive o seu apoio integral. Eu quero dizer, que eu aprendi estatística com ele. Ele tinha a paciência de toda noite me ensinar. A mim e as minhas amigas, que também vieram aprender com ele as tais estatísticas. Enfim, eu não posso me queixar, eu sempre tive muito apoio. Meus pais ficaram muito alarmados, porque eu já tinha meus três filhos.

E os filhos?

Minha filha já estava namorando, próximo a noivar, já era mocinha. E meus pais não se conformavam, acharam que era uma bobagem. Só que a bobagem não era tão bobagem porque nós estávamos sentindo que o cerco estava se apertando...

Você foi aconselhada por alguém?

Eu fui aconselhada pela PUC a sair. Foi a PUC que conseguiu para mim essa bolsa no exterior, pela OEA. Foi a PUC que me chamou e disse: "Professora Helena saia! Saia porque a senhora não pode imaginar como que a pressão está sendo grande. Eu garanto a senhora, mas não sei se outras pessoas vão garantir". Aí eu tive que ir. O próprio reitor foi me levar ao aeroporto, para a família ver que, na verdade, era uma coisa importante em termos políticos e de formação acadêmica. Meu marido já tinha concordado há muito tempo, ele foi lá algumas vezes me visitar. Queríamos que as crianças fossem me visitar, mas pensamos que a despedida seria pior, quando elas tivessem que voltar e eu ficar.

Foi duro para você como mãe?

Muito difícil. Foi duro o tempo todo. Como eu resolvi essa situação? Estudando muito.

Você conseguia concentração?

Não conseguia. Eu estudava dia e noite, não conseguia dormir. Mas fui aprovada com todos os louros. Ninguém sabia por que eu estudava tanto. Eu estudava por uma necessidade de não pensar, de não ficar tão angustiada, longe da minha família.

Você conseguia falar com eles?

Eu telefonava todos os dias. Havia determinados dias da semana e horários. Só para dizer uma coisa: quando eu cheguei a Bogotá, a primeira coisa que eu fiz foi telefonar, só que eu não sabia que a Colômbia, naquela ocasião, não tinha ligação direta para o Brasil, era via Estados Unidos. Eu fiquei um dia inteiro tentando falar. No Brasil, todos alarmados, porque não recebiam meu telefonema. Depois foram se acostumando que demorava. Para você ver a precariedade: sair do Rio de Janeiro para ir para Bogotá também não era muito fácil, além da altitude, de estar numa uma pensão cheia de ratos.

Quando você voltou, em 1971, para o Brasil, você voltou para a PUC. As coisas aqui já estavam melhores?

Não, não estavam melhores. Antes de ir para Bogotá eu fiz a Marcha dos Cem Mil, eu fui para a rua junto com todos os meus colegas da PUC. Estive em uma comissão que foi ao Ministro da Educação pedir que ele respeitasse a Universidade, os direitos humanos, a população brasileira. São coisas que a gente faz com muita emoção e isso custa uma energia enorme. Mas isso é uma obrigação moral, ética, judaica, não apenas brasileira. Essa questão do judaísmo está muito entranhada na minha vida, porque Zwi era judeu também. Ele era um grande judeu. Ele adquiriu quase todo acervo da literatura judaica, mandou trazer da Argentina, em espanhol, para eu ler.

Fale um pouco mais de como você sente o judaísmo ao longo de sua vida como um todo.

Eu nunca tive conflitos com o judaísmo porque meus pais não eram ortodoxos, no sentido de exigir uma conduta ortodoxa, eram judeus liberais. Isso me facilitou porque sempre vivemos em bairros que não eram de vizinhança judaica. Essa interação com os vizinhos, com os conhecidos foi muito importante. Zwi, apesar de ter vindo de uma família extremamente ortodoxa, também era um liberal, apesar de ter uma cultura judaica fantástica. Eu dizia que ele era meu guru judaico. Qualquer dúvida que eu tinha, qualquer coisa que eu precisasse, eu sabia que podia contar com ele. Mesmo que ele não soubesse, ele sabia onde procurar.

Zwi, era como ele era conhecido aqui no Brasil?

Sim, ele teve alguns problemas com o nome, quando era aluno, porque o nome dele era o último da pauta, Z-w-i, e não tem nada depois de Z-w-i. Então os professores ao fazer a chamada de presença, não conseguiam dizer seu nome e apelidos foram sendo criados, Zulu foi um deles. Os meus netos que têm o nome dele em hebraico, eu não deixei que eles fossem registrados com seu nome em português, exatamente por conta dessa experiência. Tanto que os nomes deles são Henrique e Marcelo que não tem nada a ver. Qualquer nome, mas que não fosse esse nome porque eles teriam dificuldades: dificuldades na grafia, principalmente. Porque é um nome é complicado mesmo.

Quanto a sua relação com o judaísmo, você teve flutuações na sua identidade frente ao judaísmo?

Não. Eu acho que eu estou reforçando o meu judaísmo na medida em que os anos passam. Não é o judaísmo laico, não é religioso. Eu diria que é o judaísmo histórico, cultural. E acho que essas jornadas interdisciplinares que trabalham a questão do Holocausto servem como um elemento agregador nessa construção em que eu estou fazendo, em termos de consolidar mais o meu judaísmo.

Para um público maior, que se destina essa entrevista, sublinhe essa importância do judaísmo histórico-cultural. O que ele traz de possibilidade para o judeu e para o não judeu na aproximação com o judaísmo?

Eu acho que ser judia pertencente a um povo que tem uma trajetória milenar, uma trajetória trágica, de sobrevivência sofrida, sua percepção de ser judeu se transmite, necessariamente, pela história. Eu não entendo história se não for pelo ensino de alguma cultura em seu sentido amplo. é por isso que me defino assim. Eu, às vezes, me faço uma pergunta que geralmente as pessoas não fazem. As

peessoas sempre perguntam “por que matam tantos judeus?”. A minha pergunta é um pouco diferente, “por que o judeu consegue sobreviver, com tanta adversidade na sua historiografia?”. Eu acho que é exatamente isso, porque o judeu consegue reunir várias vertentes em uma única entidade: a vertente religiosa, histórica, cultural, filosófica e ética. Todas essas se unem em uma só categoria que varia de indivíduo para indivíduo na medida em que este atribui prioridade diferencial a cada um desses elementos constitutivos de sua equação identitária. A crença, sobretudo, em mundo melhor. é verdade que, para os religiosos, é o mundo messiânico que se transformou em devir, mas para os não religiosos é um mundo melhor: da igualdade, do respeito, da alegria de conviver com o diferente; é o mundo da democracia, no bom sentido da palavra, não dessa democracia que vemos por aí. O judeu sobrevive exatamente por isso, porque ele tem uma força interna que o move em busca desse ideal. é uma missão! é verdade que está difícil, mas vamos conseguir.

Como você vê hoje, no Brasil, a relação da mulher com o judaísmo?

No Brasil eu vejo a mulher judia como uma mulher totalmente integrada na sociedade brasileira. Ela é uma profissional, uma cidadã. Ela tem uma posição político-ideológica, ela pode ser religiosa ou laica – ela transita por esse leque – e ela é, sobretudo, uma mulher que apesar de estar aculturada, brasileiroamente, guarda – mesmo aquela que esteja um pouco afastada – alguns pontos-chaves que a conecta com o judaísmo.

Notadamente o lar, os filhos...

Sim. Eu fiz uma pesquisa sobre a questão da identidade. Entre os grupos que eu pesquisei havia um grupo de mulheres judias casadas com judeus e com não, mulheres não judias casadas com judeus, todas inseridas no mercado de trabalho.

Está publicado, Helena?

Não. Eu fiz um artigo sobre ele, mas ainda não publiquei. O que eu reparei é que elas faziam uma recorrente comparação quando entrevistadas: “A diferença da mulher judia para a não judia é que a mulher judia tem como primeiro objeto de sua atenção a família e os filhos, principalmente os filhos. A mulher não judia, a sua preocupação, é seguir o homem, o marido, o companheiro, e os filhos vêm posteriormente.” Quase todas respondiam acentuando essa diferenciação. Algumas eram ortodoxas, outras não. Eu abordei um contexto bastante variado de situações. Acredito que é uma herança da casa. A herança da casa perdeu muito com o tempo porque ela agregou novos conhecimentos. A sociedade brasileira agrega novos conhecimentos à vida de qualquer um, afinal de contas, somos brasileiros. Então, a casa judaica já não é mais a mesma dos nossos pais e avós, mas ela reteve o cuidado com a descendência. O futuro dos filhos, o prover da mãe, no sentido de ela ter grande atenção na alimentação, na escolaridade, no casamento dos filhos. Isso faz parte das preocupações dessa mãe, apesar de ela ser profissional, de estar no mercado de trabalho, de ser cidadã brasileira.

Como a mulher judia é vista no Brasil contemporâneo pelos não judeus?

É uma pergunta importante e difícil de responder... De admiração, por conta da maneira como ela se relaciona com a família e, também, como se relaciona com o mercado de trabalho. A mulher judia é muito responsável profissionalmente. Ela exibe um perfil de construção judaica, a responsabilidade. Há algo que me incomoda, hoje em dia, mas que sempre fez parte da minha vida. Meu pai dizia assim: “minha filha, primeiro o dever, depois o prazer”. Isso, dito de várias maneiras, ou mostrado pela exemplaridade dos pais, faz com que a mulher tenha uma consciência profissional agudíssima no mercado de trabalho, mais que o homem. Talvez por sua condição feminina associada à sua condição judaica. Esse judaísmo é uma marca na sua vida.

Fale-nos sobre a cátedra que você recebeu em homenagem pela Universidade de Haifa.

A cátedra chama-se “Cátedra Helena Lewin: Estudos Latino-Americanos” e funciona dentro do Departamento de História da Universidade de Haifa. Ela faz eventos permanentemente: congressos,

inclusive agora haverá um sobre a Amazônia. Como a cátedra é orientada para a América Latina, já tivemos alguns eventos sobre a Argentina e o México, mas a ênfase maior tem sido o Brasil.

Ocorre sempre na Universidade de Haifa?

Sim. Há uma cadeira com um coordenador, um especialista em América Latina. é ele, na verdade, que dá aula, faz as atividades. Eu ia duas vezes ao ano à Universidade de Haifa fazer algumas conferências. Atualmente, minhas visitas já não são tão freqüentes. O atual coordenador, Prof. Amos Gaver, é um excelente profissional, o que me tranqüiliza muito quanto às minhas ausências

E em que ano teve a homenagem dessa cátedra?

1998.

Foi uma surpresa?

Sim, foi uma grata e linda surpresa. Eu gostaria de poder estar mais presente nessa cátedra. Um pouco também para trazer o olhar de alguém do Brasil e da América Latina. Talvez introduzir alguns temas que pudessem ser mais bem explorados.

Quais são seus planos para o futuro, Helena?

Definir os planos futuros de uma mulher de oitenta anos é sempre complicado...

Que não aparenta, nem de corpo, nem de mente, nem de espírito...

Como já mencionei, o velho não tem futuro, tem presente e é o que ele deve aproveitar, porque é a própria garantia de sua vida. é continuar no Programa de Estudos Judaicos, desde que seja possível em termos de saúde, de recursos. é ver minha família crescer, eu já tenho quatro bisnetos, que me dão muita alegria e eu gosto muito dos meninos e de estar com eles. E de poder ser generosa, respeitosa e de continuar crescendo intelectualmente, porque eu acho que esse é um processo que não deve parar, *ad infinitum*. E ter saúde para tudo isso.

Quais são os seus livros favoritos?

A Torah, os escritores israelenses, como David Grossman, Amós Oz, A. B. Yehoshua. Dos brasileiros, cito Moacyr Scliar, Cíntia Moscovich e um escritor que eu gosto muito, o João Ubaldo Ribeiro. Gosto do livro de Regina Igel sobre os escritores judeus brasileiros. Tenho todos esses livros aqui à minha disposição, mas nem sempre posso ler como deveria. Enquanto não se faz uma imersão, não se lê um livro. Como proposta futura eu gostaria de ler todos os meus livros!

Dostoiévski?

Já li quando eu tinha minha biblioteca original de literatura. Um clássico russo que tem o grande mérito de descrever a alma humana, que para nós, ocidentais, é bastante complicado de entender o pensamento e o comportamento da alma russa. é um livro que eu acho que deve ser bibliografia obrigatória para todo mundo.

Franz Kafka?

Li *Metamorfose*, para mim, difícilimo, eu não consigo penetrar. Eu tenho às vezes certa dificuldade até de voltar a lê-lo. *O Processo* e *O castelo* lidam com a questão da burocracia, e que é algo que faz parte dos temas da minha formação. Nesse sentido, foram livros que me fizeram muito bem, fizeram-me entender as dificuldades das mentalidades autoritárias, das mentalidades conservadoras.

Os grandes representantes da Escola de Frankfurt, Adorno, Hockhein?

Li todos eles, mas li para efeitos imediatos. Não considero que os tenha lido profundamente, apenas referencialmente.

Martin Buber...

Buber foi diferente, foi um autor que me deu muito prazer. E passou-me um sentido de dignidade muito grande. Outro escritor que deveria ser leitura obrigatória.

Sigmund Freud?

Acho interessante quando ele fala de Moisés e acho muito importante o *insight* que ele tem sobre a questão do ego, do super-ego, do inconsciente, entre outras coisas. Sem falar nos complexos, de Édipo e de Electra. Eu li pouco a obra de Freud, e era disso que eu estava falando quando eu disse que quero ler os meus livros, se me der tempo. Eu acho que eu tenho grandes falhas: eu acompanho, eu leio muito, mas eu leio muito para estudar uma questão específica na qual estou trabalhando.

Suas leituras de lazer, elas existem? E quais são?

Existem, são os romances da época. De vez em quando eu tenho necessidade de fazer um *break* nessas leituras mais focadas e temáticas, estritamente acadêmicas, para deixar minha imaginação correr um pouco solta. Ter o prazer de ler um romance bem concatenado, com boa temática, boa estrutura, que prenda minha atenção.

Quer citar algum do seu gosto?

Eu estou lendo alguns romances que tratam do Holocausto. As várias chaves que saem daí, como por exemplo, *A chave de Sarah*, de Tatiana de Rosnay, que está profundamente ligada com a questão da perda.

E sobre a mística judaica, a cabala judaica?

Eu não tenho conhecimento místico judaico. Acho que os estudos judaicos a respeito da mística judaica são importantes. Grandes rabinos se debruçaram, muitas pessoas que não são rabinos também estudam, mas eu gosto de escutar. Eu gosto de ir a uma conferência sobre mística judaica, mas eu não a estudei especificamente. Eu li Maimônides que é outra coisa. Estudei vários autores da Espanha de Ouro, mas estudei apenas algumas linhas. Porque a mística judaica é um mundo, na verdade, é algo infinito.

Em que momento da sua vida, os estudos sobre o Holocausto passaram a ocupar um lugar significativo para você?

Eu acho que mais recentemente, de uns dez anos para cá. Porque os estudos sobre o Holocausto sofreram um silenciamento muito grande, por parte do mundo todo, por todas as tendências literárias ou de estudos. Ele começa a ter certo significado em termos de pesquisa, de entendimento do processo, de busca de arquivo e de fontes, recentemente. O Holocausto é um tema recente, ele foi soterrado pelo silêncio dos sobreviventes, que não tinham condições de expressar a sua dor e a sua vivência trágica. Eu me encontro nesse período em que começaram a surgir obras, estudos e a discutir várias questões.

Você diria que o Programa de Estudos Judaicos te possibilitou uma leitura mais ampla dessa temática?

Certamente. Embora eu tenha medo das especializações. Eu gostaria de ter a possibilidade de ser uma pessoa que pudesse – coisa que eu não sou e que pouca gente é – ter um leque o mais amplo possível de interesses diversificados e que pudesse atendê-los.

Quais foram as suas participações junto à comunidade judaica ao longo de sua vida?

Quando meus filhos eram pequenos, eu participei de muitos conselhos de escolas judaicas. Meu marido freqüentou agremiações. Ele era sócio, participava do Cabiras, que era um clube da juventude da época. Como eu casei muito cedo, saí da casa do meu pai para a casa do meu marido, eu não tive essa fase do clube, do lazer. Eu participei, quando meus filhos estavam na escola, todos estudaram em

escola judaica: filhos, netos e espero que bisnetos também. Eu participei da comissão do Círculo de Pais e participei ajudando o Lar das Crianças, porque minha mãe sempre trabalhou lá como voluntária, fazendo serviço de apoio, como tesoureira. Eu fui presidente do Conselho Deliberativo da FIERJ, vice-presidente da direção da FIERJ, em outros mandatos. Foi uma experiência importante que me permite dizer que o trabalho voluntário tem uma importância enorme para a continuidade judaica, assim como a casa, o conhecimento, a cultura, a história. O trabalho voluntário é um ato de participação, nos destinos da continuidade, ela permite reforçar essa continuidade. Hoje eu valorizo muito as pessoas que trabalham voluntariamente, o que não quer dizer que eu não valorize os profissionais que estão nesses lugares. Mas valorizo os voluntários porque é um tempo que poderiam estar usando para si, para o seu lazer, para o seu prazer, para as suas atividades corriqueiras e estão oferecendo isso para suas comunidades. Então, considero o trabalho voluntário importantíssimo, ligado à continuidade. Pouca gente faz essa ligação.

Suas apreciações finais, sua mensagem final para os nossos futuros leitores. Eu tenho muita esperança e acredito no gênero humano, nos homens e nas mulheres. Eu acredito que cabe a nós a fazermos uma vida mais respeitosa, mais próxima e mais tolerante, sobretudo, mais tolerante. Eu acho que aceitar o diferente é aceitar uma parte de nós mesmos. Por isso, a minha mensagem é que sejamos apreciadores da diferença, respeitando-a e lutando por dias melhores, no Brasil e no mundo.

Obrigada!

Transcrição: Késia Rodrigues de Oliveira*

* **Sofia Débora Levy** é Psicóloga Clínica, Mestre em Psicologia/UFRJ, Doutoranda do HCTE/COPPE/UFRJ.

* **Helena Lewin** é socióloga, com graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e doutorado em Sociologia pela Universidade de São Paulo (1981). Atualmente é Professora Colaboradora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, da Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Mulher e da Federação Israelita do Estado do Rio de Janeiro. Responsável pelo Programa de Estudos Judaicos da UERJ, organizou e liderou várias edições do Encontro Brasileiro de Estudos Judaicos, no Rio de Janeiro. Organizou e publicou inúmeros livros, artigos e ensaios no Brasil e no exterior. Entre eles: Judaísmo: memória e identidade; Judaísmo e modernidade: suas múltiplas inter-relações; Identidade e cidadania: como se expressa o judaísmo brasileiro.

* **Késia Rodrigues de Oliveira** é Graduanda em Letras, pesquisadora de Iniciação Científica (CNPq) do Núcleo de Estudos Judaicos da UFMG.